



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas: A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico, preciso e rigoroso desenvolvido pelo grupo EcoRodovias. Ao longo de mais de dez anos de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu maiores fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125). Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3º melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre Rodovias. A companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 86.935 mil em 2022, aumento de 5,9% em relação a 2021. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 5,8% devido à flexibilização das regras de isolamento social no combate à Covid-19 em função da evolução dos programas e campanhas

de vacinação. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 6,1% em função da recuperação industrial. **Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta:** A receita bruta totalizou R\$479,6 milhões em 2022, aumento de 21,9% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$34,1 milhões, 16,4% superior a 2021. **Receita de Pedágio:** R\$378,6 milhões em 2022, aumento de 16,2% devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. **Receita Adicional:** R\$14,3 milhões em 2022, aumento de 18,4% em função do incremento da receita com arrendamento de áreas. **Receita de Construção:** R\$86,7 milhões em 2022, aumento de 55,7% devido ao maior volume de obras no período. Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia. **Receita Líquida:** A receita líquida atingiu R\$45,5 milhões em 2022. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$388,8 milhões, aumento de 16,3% em relação a 2021. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$261,9 milhões em 2022, aumento de 21,4% em relação a 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$115,0 milhões, aumento de 8,9%. As principais variações foram: **Pessoal:** R\$27,2 milhões em 2022, redução de 3,9% devido, principalmente, às iniciativas de eficiência organizacional. **Conservação e Manutenção:** R\$10,2 milhões em 2022, aumento de 19,5% em função, principalmente, do incremento em serviços de limpeza manual. **Serviços de terceiros:** R\$8,7 milhões em 2022, aumento de 15,5% devido, principalmente, aos serviços de consultórios administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$7,9 milhões em 2022, aumento de 16,1% devido, principalmente, ao incremento de outorga variável, em função do crescimento da receita de pedágio. **Outros:** R\$12,0 milhões em 2022, estável em relação a 2021. **Depreciação e Amortização:** R\$44,9 milhões em 2022, redução de 6,2% devido à atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis. **Provisão para manutenção:** R\$15,3 milhões em 2022, aumento de 8,7% devido ao ajuste no cronograma de obras no período. **Custo de construção de obras:** R\$86,7 milhões em 2022, aumento de 55,7% em função do maior volume de obras no período. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITA e Margem EBITA:** Em 2022, o EBITA totalizou R\$228,6 milhões e a margem EBITDA, 51,3%. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$243,9 milhões, aumento 20,1% em relação a 2021 e margem EBITDA Ajustada de 68,0%. **Resultado**

Balanço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.121	65.488	Fornecedores	21.358	8.349	
Aplicações financeiras	6	1.208	4.130	Risco sacado	29	800	
Aplicações financeiras - conta reserva	7	27.132	47.863	Empréstimos e financiamentos	13	11.676	13.063
Clientes	8	25.483	21.686	Debêntures	14	23.015	106.582
Tributos a recuperar	1.557	-	-	Passivo de Arrendamento	15	1.920	2.358
Despesas antecipadas	2.054	710	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.428	5.182	
Partes relacionadas	16	1	7.986	Obrigações sociais e trabalhistas	3.978	3.886	
Outros créditos		1.150	-	Obrigações com Poder Concedente	19	669	507
Total do ativo circulante		88.706	147.863	Partes relacionadas	16	7.411	4.961
Não Circulante				Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	6.317	861
Depósitos judiciais	9	33.150	26.061	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.d)	12.754	12.224
Imobilizado	10	16.201	15.263	Provisão para manutenção	17	19.328	22.326
Intangível	11	1.528.114	1.468.627	Provisão para construção de obras	18	6.221	4.424
Total do ativo não circulante		1.577.465	1.509.951	Outras contas a pagar	1.528	705	
Total do Ativo		1.666.171	1.657.814	Total do passivo circulante		122.403	185.246
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	Plano de opção com base em ações	Legal	de capital	acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	500.165	486	12.579	104.453	-	617.683
Aumento de capital	-	-	-	-	55.172	55.172
Lucro Líquido do período	187.500	-	-	-	-	187.500
Destinação do lucro:					55.172	55.172
Reserva legal	21.b)	-	2.759	-	(2.759)	
Juros sobre capital próprio (R\$0,01 por ação)	21.d)	-	-	(5.862)	(5.862)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01 por ação)	21.d)	-	-	(7.241)	(7.241)	
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.c)	-	-	39.310	(39.310)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	687.665	486	15.338	143.763	-847.252	879.093
Dividendos pagos	-	-	-	(29.697)	(29.697)	
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	80.705	80.705
Destinação do lucro:						
Reserva legal	21.b)	-	4.035	-	(4.035)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,004 por ação)	21.d)	-	-	(2.695)	(2.695)	
Juros sobre capital próprio (R\$0,02 por ação)	21.d)	-	-	(16.472)	(16.472)	
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.c)	-	-	57.503	(57.503)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	687.665	486	19.373	171.569	-879.093	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Informações Gerais** - A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 27 de abril de 2009, e tem por objeto social realizar, sob regime de concessão, a exploração, mediante a percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do Contrato de Concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, assinado em 17 de junho de 2009, possui prazo final em 18 de junho de 2039. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.a). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Bairro Rio Abaixo, no município de Itapecerica da Serra, São Paulo, Itália. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias veio tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciarão diversas sanções e restrições à exportação de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciará contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): A estratégia do Grupo EcoRodovias, que a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderem ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no futuro. d) Conflito entre Rússia e Ucrânia: A Rússia e a Ucrânia estão envolvidas em um conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciarão diversas sanções e restrições à exportação de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciará contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. e) Conflito entre Rússia e Ucrânia: A Rússia e a Ucrânia estão envolvidas em um conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciarão diversas sanções e restrições à exportação de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciará contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. f) Conflito entre Rússia e Ucrânia: A Rússia e a Ucrânia estão envolvidas em um conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciarão diversas sanções e restrições à exportação de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciará contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. g) Conflito entre Rússia e Ucrânia: A Rússia e a Ucrânia estão envolvidas em um conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo

Continuação

janiero de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reformulação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto deferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isto normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais deferidos de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. j) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. l) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais usos de Estimativas e Julgamentos. A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação da taxa de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulares e não circulares; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituida provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / recital adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final do respectivo contrato. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o IPCOPC1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contrato de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratuamente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo intangível), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a rentabilidade de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a elas associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção do fluxo de caixa nas bases em que se estima a utilidade de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 9,50% ao ano (9,31% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo. 31/12/2022 31/12/2021 Caixa e bancos..... 1.842 Aplicações financeiras:..... 23.501 Operações compromissadas (b)..... 3.201 Aplicações automáticas (c)..... 1.577 30.121 65.488 (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que exponham a obrigações superiores ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100% de aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado das bases dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa 81,3% do CDI em 31 de dezembro de 2022, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curto prazo. (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é aloocado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras 31/12/2022 31/12/2021 Recursos não vinculados 1.208 4.130 1.208 4.130 Em 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerados à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado a taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados: As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

31/12/2022 31/12/2021 Fundo de investimento 27.132 47.863 27.132 47.863

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 98,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% em 31 de dezembro de 2021) e reflete as condições de mercado nas bases dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. Clientes - Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

31/12/2022 31/12/2021 Pedágio eletrônico (a)..... 23.748 Receitas acessórias (b)..... 946 Outras contas a receber 1.067 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)..... (278) 25.483 21.666

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

31/12/2022 31/12/2021 A vencer 25.238 Vencidos:..... 369 Até 30 dias 6 De 31 a 90 dias 3 De 90 a 120 dias 145 Acima de 120 dias 25.761 21.689

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

31/12/2022 31/12/2021 Saldo no início do exercício (208) 136 Valores recuperados 169 260 Valores pagados 47 (311) (327) Saldo no final do exercício (278) (203)

9. Depósitos Judiciais - A natureza dos depósitos judiciais é:

31/12/2022 31/12/2021 Natureza Cível 1.308 325 Tributário 392 368 Trabalhista 1.475 1.614 Desapropriações 25.568 23.754 Orgão Regulador (*) 4.407 - 33.150 26.061

(*) Trata-se de depósitos em garantia, realizados em ações anulatórias movidas em face da Aresp e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. A concessionária entende que as multas não são

devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia. Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultarão nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20 Provisão para Perdas Civis e trabalhistas.

31/12/2022 31/12/2021 Adições 5.255 18 Baixas (226) (649) Atualização monetária 2.060 24 Saldo no final do exercício 33.150 26.061

10. Imobilizado - Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo é baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo imobilizado.

31/12/2022 31/12/2021 Máquinas e equipamentos Hardwares utensílios Veículos Total 20,0 10,0 10,0 25,0 26.668

Taxa anual de depreciação - % 4,7 8,4 5,4 14,3 -

Custo 67.166 5.296 2.137 982 75.581

Adições 3.623 1.163 147 - 4.933

Baixas (40) (2) (42) -

Saldo no final 70.789 6.419 2.282 982 80.472

Depreciação (56.295) (1.969) (1.547) (507) (60.318)

Adições (3.242) (493) (120) (140) (3.995)

Baixas 40 2 - 42 -

Saldo no final (59.537) (2.422) (1.665) (647) (64.271)

Residual 11.252 3.997 617 335 16.201

31/12/2022 31/12/2021 Máquinas e equipamentos Hardwares utensílios Veículos Total 20,0 10,0 10,0 25,0 -

Taxa média ponderada de depreciação - % 4,1 8,6 5,9 12,0 -

Custo 67.166 5.296 2.137 982 75.581

Adições 6.490 3.659 1.951 429 6.652

Baixas 6.717 1.637 226 553 9.133

Saldo no final (41) (40) (40) (81) -

Depreciação (53.748) (1.583) (1.468) (422) (57.221)

Adições (2.588) (386) (119) (85) (3.178)

Baixas 41 40 - 81 -

Saldo no final (59.295) (1.969) (1.547) (507) (60.318)

Residual 10.871 3.327 590 475 15.263

31/12/2022 31/12/2021 Máquinas e equipamentos Hardwares utensílios Veículos Total 20,0 10,0 10,0 25,0 -

Taxa média ponderada de depreciação - % 4,1 8,6 5,9 12,0 -

Custo 67.166 5.296 2.137 982 75.581

Adições 6.490 3.659 1.951 429 6.652

Baixas 6.717 1.637 226 553 9.133

Saldo no final (41) (40) (40) (81) -

Depreciação (53.748) (1.583) (1.468) (422) (57.221)

Continuação

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo	Resultado					
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	- 4.916	4.316	- 28.970	14.924				
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	- 182.475	-	22.209			
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	relacionadas	- 750	97	-	-				
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (d)	relacionadas	- 18.037	2.251	-	-				
Consórcio SP-070 (d)	relacionadas	- 2.110	-	-	-				
Sinelec SPA (e)	relacionadas	- 3.413	747	-	-				
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	relacionadas	1	-	-	-				
Total em 31 de dezembro de 2022		1 29.226	7.411	182.475	28.970	37.133			
Total em 31 de dezembro de 2021		1 30.205	7.390	171.920	14.485	17.253			

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$48.055,00 salvo em aberto de R\$4.316 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mutuo entre a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. O mutuo será atualizado por 100% do CDI + 1,20% a.a. e seu vencimento final é 31 de março de 2025. Em 31 de dezembro de 2022, há um saldo em aberto de R\$182.475 (R\$163.597 em 31 de dezembro de 2021). (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$54.542,00. O prazo para execução desses trabalhos é 30 de março de 2024. O saldo em aberto de R\$2.251 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (d) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinerá Construções Ltda, prestou serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado era de R\$59.563 e o prazo final para execução destes serviços foi 29 de abril de 2022. Não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022. (e) A SINELEC SPA, presta serviço no desenvolvimento e implementação de prova de conceito para sistema Multilane Freeflow Tolling ao longo da SP070. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$4.079,00. O prazo para execução desses trabalhos é 28 de fevereiro de 2023. O saldo em aberto de R\$747 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (f) O saldo refere-se a repasse de despesas entre as unidades. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a), benefícios pós-emprego e assistência médica pós-emprego; (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$1.674 (R\$1.481 em 31 de dezembro de 2021). A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável).....	1.189	1.026
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	17	1
Seguro de vida.....	3	3
Assistência saúde.....	79	76
Previdência privada.....	61	62
FGTS.....	57	51
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS).....	214	187
	1.620	1.406

17. **Provisão para Manutenção:** Os valores registrados como custo da provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,50% ao ano (9,31% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por troco e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Adição	Efeito	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2021 (custo)	Pagamento financeiro	31/12/2022	
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	169.474	18.786	-	188.260
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23).....	(42.917) (3.516)	-	-	(46.433)
Realização da manutenção.....	(114.650)	-	(25.383)	(140.033)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24).....	35.828	-	-	4.472
	47.795	15.270	(25.383)	4.472
Circulante.....	22.326	-	-	19.328
Não circulante.....	25.409	-	-	22.766

	Adição	Efeito	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2020 (custo)	Pagamento financeiro	31/12/2021	
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	162.319	7.155	-	169.474
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23).....	(42.898) (628)	-	-	(42.917)
Realização da manutenção.....	(75.233)	-	(39.417)	(14.650)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24).....	27.291	-	-	8.537
	72.088	6.527	(39.417)	8.537
Circulante.....	36.569	-	-	22.326
Não circulante.....	35.519	-	-	25.409

	Adição	Efeito	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2020 (efeto intangível)	Pagamento	31/12/2021	
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	9.376	-	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção.....	(6.887)	-	(40)	(6.927)
Ajuste a valor presente - realizações.....	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária.....	1.752	2.019	-	3.771
	4.242	2.019	(40)	6.221
Circulante.....	4.242	-	-	-

	Adição	Efeito	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2020 (efeto intangível)	Pagamento	31/12/2021	
Constituição da provisão para construção de obras (vide Nota Explicativa nº 23).....	9.376	-	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção.....	(6.887)	-	(40)	(6.927)
Ajuste a valor presente - realizações.....	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária.....	1.640	112	-	1.752
	4.399	112	(269)	4.242
Circulante.....	337	-	-	4.242
Não circulante.....	4.062	-	-	-

	Adição	Efeito	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2020 (efeto intangível)	Pagamento	31/12/2021	
Constituição da provisão para construção de obras (vide Nota Explicativa nº 23).....	9.376	-	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção.....	(6.887)	-	(40)	(6.927)
Ajuste a valor presente - realizações.....	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária.....	1.640	112	-	1.752
	4.399	112	(269)	4.242
Circulante.....	337	-	-	4.242
Não circulante.....	4.062	-	-	-

	Adição	Efeito	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2020 (efeto intangível)	Pagamento	31/12/2021	

<tbl_r cells="5" ix="2" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols

